Diário Oficial

ESTADO DE SÃO PAULO

v. 97

n. 015

São Paulo

sexta-feira, 23 de janeiro de 1987

PODER EXECUTIVO

LEIS

LEI N.º 5.552, DE 22 DE JANEIRO DE 1987

Dá a denominação de "Prefeito Osório da Cunha Lara Neto" à estrada no Município de Caçapava

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — Passa a denominar-se "Prefeito Osório da Cunha Lara Neto" a estrada que liga a cidade de Caçapava a Camanducaia.

Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 22 de janeiro de 1987.

FRANCO MONTORO

Eduardo Augusto Muylaert Antunes,
respondendo pelo expediente da
Secretaria da Justiça

Adriano Murgel Branco, Secretário dos Transportes

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 22 de janeiro de 1987.

LEI N.º 5.553, DE 22 DE JANEIRO DE 1987

Dá a denominação de "Palácio Ernesto Leme" ao prédio onde funciona a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — Passa a denominar-se "Palácio Ernesto Leme" o prédio onde funciona a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça.

Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 22 de janeiro de 1987.

FRANCO MONTORO

Eduardo Augusto Muylaert Antunes,
respondendo pelo expediente da
Secretaria da Justiça

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 22 de janeiro de 1987.

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI N.º 581/86

São Paulo, 22 de janeiro de 1987.

A-n.º 9/87

Senhor Presidente

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência, para os fins de direito, que, usando da faculdade a mim conferida pelo artigo 26, combinado com o artigo 34, inciso III, ambos da Constituição do Estado, sou compelido a vetar, totalmente, o Projeto de lei n.º 581, de 1986, aprovado por essa nobre Assembléia, conforme Autógrafo n.º 18.819, que recebi, pelas razões a seguir expostas.

AGENDA DO GOVERNADOR

Dia 23 de janeiro — sexta-feira

8h30	Assessor Especial.
9h	Fábio Marcelo, vencedor do concurso "A Paz no Brasil e no Mundo".
9h20	Viagem ao Rio de Janeiro.
17h	Secretário de Economia e Planejamento, Secretário do Meio Ambiente e Procurador Geral do Estado.
18h	Secretário da Educação.
20h	Inauguração da Maquete GEPP e MAIA — Museu de Arte de São Paulo — Av. Paulista, 1.578.

Seção I

Esta edição de 48 páginas contém os atos normativos e de interesse geral.

Secretarias.....	2	Concursos.....	35
Universidades.....	21	Assembléia Legislativa...	45
Ministério Público.....	24	Diário dos Municípios....	46
Tribunal de Contas.....	25	Prefeituras.....	46
Editais.....	31	Boletim Federal.....	48

Visa a propositura atribuir a denominação de "Profa. Mary Azevedo de Carvalho" à Escola Estadual de 1.º Grau do Bairro Inhuguvira, em Jacupiranga.

Ocorre, porém, que o objetivo da proposição já foi plenamente alcançado pela Lei n.º 5.373, de 17 de outubro de 1986, oriunda de projeto de lei de iniciativa dessa E. Casa Legislativa, conferindo o patronímico da ilustre educadora — Professora Mary Azevedo de Carvalho — à unidade escolar em apreço.

Desse modo, vejo-me na contingência de negar sanção ao Projeto de lei n.º 581/86, por ter se tornado inoperante a medida nele preconizada.

Restituo, assim, a matéria ao elevado reexame dessa Assembléia, fazendo publicar as razões do veto no Diário Oficial, em obediência ao disposto no § 1.º do artigo 26 da Constituição do Estado.

Aproveito para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

FRANCO MONTORO, Governador do Estado

A Sua Excelência o Senhor Deputado Luiz Carlos Santos, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado.

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI N.º 652/84

São Paulo, 22 de janeiro de 1987.

A-n.º 8/87

Senhor Presidente

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência, para os fins de direito, que, nos termos do artigo 26, combinado com o artigo 34, inciso III, ambos da Constituição do Estado, sou compelido a vetar, totalmente, o Projeto de lei n.º 652, de 1984, decretado por essa nobre Assembléia, conforme Autógrafo n.º 18.837, que me foi remetido, pelas razões que passo a expor.

Dispõe a propositura que as instituições de natureza filantrópica que atuam nas áreas de promoção e assistência social e de saúde somente firmarão convênios ou contratos com órgãos de Administração centralizada e descentralizada, ou receberão ajuda financeira do Estado, por meio de auxílios e subvenções, desde que, entre outros e em caráter permanente, satisfaçam o seguinte requisito: demonstrem que os membros de sua diretoria, em relação à própria instituição, não tenham mandato superior a dois anos, permitida a reeleição somente por igual período.

Sucedo que a Constituição do Estado, no Capítulo III do Título IV, cuidou, genericamente, de tutelar a matéria, estipulando, inclusive, no artigo 145, § 2.º, que os auxílios e subvenções a entidades privadas de caráter assistencial, regularmente constituídas e em funcionamento somente serão concedidos após a verificação, pelo órgão técnico competente do Executivo, da idoneidade da instituição, da sua capacidade de assistência, das condições éticas de seu funcionamento e das necessidades dos assistidos.

Em harmonia com os preceitos constitucionais, a legislação ordinária já impõe condições bastantes para que as instituições em questão se creditem ao benefício, como se verifica do extenso rol de requisitos estabelecido pelo Decreto n.º 22.695, de 13 de setembro de 1984.

O requisito que ora se pretende acrescentar aos já exigidos — consistente na limitação do mandato das diretorias ao termo de 2 anos, permitida a reeleição por igual período — não se titula, porém, ao acolhimento, quer por implicar em ingerência do Poder Público nos estatutos de entidades de direito privado, quer porque a duração do mandato não é, de per si, elemento que permita aferir a idoneidade da instituição, sua capacidade de assistência, as condições éticas de seu funcionamento ou a necessidade dos assistidos, refugindo, portanto, às diretrizes constitucionais.

Além de não ensejar tal aferição, a nova condição que se pretende impor irá, por certo, prejudicar aquelas entidades que não tenham previsto em seus estatutos o mandato bienal, ainda que eficientes e idôneas.

Expostos, nesses termos, os motivos da presente iniciativa e devolvendo o assunto ao elevado reexame dessa egrégia Casa Legislativa, reitero a Vossa Excelência os protestos de minha distinta consideração.

FRANCO MONTORO, Governador do Estado

A Sua Excelência o Senhor Deputado Luiz Carlos Santos, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado.

DECRETOS

DECRETO N.º 26.651, DE 22 DE JANEIRO DE 1987

Transfere da administração da Secretaria da Educação para a da Secretaria da Saúde, imóvel que especifica

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e à vista da manifestação da Secretaria da Justiça,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica transferida da administração da Secretaria da Educação para a da Secretaria da Saúde, com destino à

instalação do Centro de Saúde de Vila Dirce, a área de terreno com 1.096,81m² (um mil, noventa e seis metros quadrados e oitenta e um decímetros quadrados), situada no alinhamento da Rua Pirassununga, no município de Carapicuíba, com as características, medidas e confrontações constantes no memorial e planta anexos ao Proc. 72.790/81, da Procuradoria Geral do Estado.

Artigo 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 22 de janeiro de 1987.

FRANCO MONTORO

Eduardo Augusto Muylaert Antunes,

Secretário da Segurança Pública, respondendo pelo expediente da Secretaria da Justiça

José Aristodemo Pinotti, Secretário da Educação

João Yunes, Secretário da Saúde

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 22 de janeiro de 1987.

DECRETO N.º 26.652, DE 22 DE JANEIRO DE 1987

Dá a denominação de Luiz da Câmara Cascudo a Escola Estadual de 1.º Grau do Jardim das Palmeiras, no município de Jandira

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e à vista da manifestação da Secretaria da Educação,

Decreta:

Artigo 1.º — Passa a denominar-se Luiz da Câmara Cascudo a Escola Estadual de Primeiro Grau do Jardim das Palmeiras, no município de Jandira.

Artigo 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 22 de janeiro de 1987.

FRANCO MONTORO

José Aristodemo Pinotti, Secretário da Educação

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 22 de janeiro de 1987.

DECRETO N.º 26.653, DE 22 DE JANEIRO DE 1987

Dispõe sobre retificação de enquadramento de cargos que especifica

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e à vista da exposição da Secretaria da Administração,

Decreta:

Artigo 1.º — Ficam retificados para Pedreiro, referência 10, Faixa II, os enquadramentos dados aos cargos de Ajudante de Artífice de Obras, ocupados por Antonio Alves Feitosa, matrícula n.º 16.054, referência 26, Geraldo Pinto de Souza, matrícula n.º 13.389, referência 26, João Orives Romero, matrícula n.º 37.752, referência 26, Luiz Pereira, matrícula n.º 8.340, referência 28 e Manoel Simplicio da Silva, matrícula n.º 82.037, referência 26, como Ajudante de Pedreiro, referência 4, Faixa I, pelo Decreto de 14 de maio de 1971 que aplicou o Decreto-lei Complementar n.º 11, de 2 de março de 1970, aos cargos da Parte Especial do Quadro do Departamento de Estradas de Rodagem.

Artigo 2.º — O enquadramento do cargo de Ajudante de Artífice de Obras, referência 26, da Parte Especial do Departamento de Estradas de Rodagem, ocupado por José Gomes de Oliveira, matrícula n.º 13.041, que, nos termos do Decreto de 14 de maio de 1971, foi efetuado como Ajudante de Pedreiro, referência 4, Faixa I, fica retificado para Pedreiro, referência 10, Faixa II.

Artigo 3.º — O enquadramento do cargo de Artífice, referência 41, da Parte Especial do Quadro do Departamento de Estradas de Rodagem, ocupado por Waldemar de Oliveira Pinheiro, matrícula n.º 34.946, que, nos termos do Decreto de 14 de maio de 1971, foi efetuado como Auxiliar Técnico de Equipamento Rodoviário, referência 13, Faixa II, fica retificado para Escriturário Nível II, referência 14, Faixa III.

Artigo 4.º — Em decorrência da alteração prevista no artigo 1.º deste decreto, ficam excluídos do Anexo I — Subquadro de Cargos — Pessoal efetivo, do Decreto n.º 12.077, de 11 de agosto de 1978, que aprova reclassificação de cargos e funções-atividades do Quadro do Departamento de Estradas de Rodagem, os cargos ocupados por Antonio Alves Feitosa, João Orives Romero, Luiz Pereira e Manoel Simplicio da Silva.

Artigo 5.º — Dos pagamentos decorrentes da aplicação deste decreto serão deduzidas as importâncias já percebidas, a partir de 22 de setembro de 1970, pelos funcionários por ele abrangidos.

Artigo 6.º — Os títulos dos funcionários abrangidos por este decreto serão apostilados pela autoridade competente.